



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0014947-30.2011.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Depósito - Alienação Fiduciária**  
 Requerente: **Bv Financeira Sa Credito Financiamento e Investimento**  
 Requerido: **Mario Henrique Rogeri**

Juiz de Direito: Dr. **Vilson Palaro Júnior**

Proc. nº 1.536/11

Vistos etc.

BV FINANCEIRA S.A. CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO, já qualificada, ajuizou a presente ação de Busca e Apreensão contra MARIO HENRIQUE ROGERI, também qualificado, alegando que celebrou com o requerido em 27 de abril de 2009, Contrato de Abertura de Crédito com Alienação Fiduciária em garantia, sob nº 171006083, no valor de R\$17.600,00 (*dezessete mil e seiscentos reais*), que seria resgatado através do pagamento de sessenta (60) parcelas mensais e consecutivas no valor de R\$594,19 (*quinhentos e noventa e quatro reais e dezenove centavos*), garantido por alienação fiduciária do veículo marca/modelo Fiat Palio Weekend Stile, movido à gasolina, ano/modelo 1999/2000, cor azul, placa CSB4386, chassi nº 9BD178858Y0942201.

Ocorreu que o requerido deixou de efetuar o pagamento das parcelas, desde 11/12/2010, mesmo ciente de que o inadimplemento implicaria no vencimento antecipado de toda dívida, o que importou no débito de R\$22.874,84 (*vinte e dois mil oitocentos e setenta e quatro reais e oitenta e quatro centavos*).

Constituído o réu em mora, nos termos da notificação de fls. 12, pediu a autora, liminarmente, a busca e apreensão do veículo dado em garantia e a condenação do requerido nas verbas de sucumbência.

Concedida a liminar, o veículo não foi encontrado em poder do requerido, que ofereceu resposta, não conhecida pelo Juízo, nos termos da decisão de fls. 54, motivo pelo qual, a requerimento da autora, a ação foi convertida em ação de depósito.

Regularmente citado, o réu contestou o pedido não negando o inadimplemento, mas sustentando que passou por dificuldades financeiras em razão de problemas de saúde que o levaram a não honrar o pagamento das parcelas, sobretudo, a transferir o veículo para seu filho, que o vendeu para terceiro.

A autora replicou requerendo o julgamento da lide.

É o relatório.

DECIDO.

Segundo dispõe os parágrafos 2º e 4º, do artigo 3º, do Decreto Lei nº 911/69, o réu somente pode alegar na contestação “o pagamento do débito vencido ou o cumprimento das obrigações contratuais”, e sendo o pedido contestado ou não “o juiz dará sentença de plano” (v. RESTIFFE NETO, *Garantia Fiduciária*, 2ª ed., RT 1976, n.º 114, pág. 406). Na mesma direção


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**5ª VARA CÍVEL**
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

encontram-se a Doutrina e a jurisprudência (cf, p. ex., MOREIRA ALVES, *Da Alienação Fiduciária em Garantia*, 2ª Ed., Forense, 1979, IV, 3, páginas 164 e 169; ORLANDO GOMES, *Alienação Fiduciária em Garantia*, 4ª Ed., RT, 1975, n.º 94, págs. 128 e 129).

Assim, cabe ao réu alegar e provar o pagamento do contrato ou cumprimento de suas obrigações, como estipulado na determinação legal. Vê-se, na resposta, que não é isso que faz o réu, que confessou o débito, justificando o inadimplemento em razão de ter passado por dificuldades financeiras.

Preliminarmente, deve ficar consignado que a venda ou consignação do veículo pelo réu a terceiro é ato estranho à relação fiduciária (*aliás, é mais precisamente ato de infração à relação em questão*), configurando ato de entrega da posse do bem voluntariamente pelo depositário, contrariando os termos do depósito contratado, bem como a legislação civil aplicável à espécie (*vide arts. 1.265 e segts., Código Civil de 1916*).

No mérito, tem-se que, enquanto depositário do bem, não poderia ter entregue sua posse a terceiro por implicar em afronta clara aos termos do depósito contratado, bem como a legislação civil aplicável à espécie (*novamente, arts. 1.265 e segts., Código Civil de 1916*), sendo estas relações de disputa possessória *res inter alios acta* no que respeita à autora, credora fiduciária, de modo que resolve-se a relação fiduciária, porquanto decorrente de situação de fato criada por culpa exclusiva do depositário, no caso, o réu. O depósito se acha quebrado e o reconhecimento da infidelidade por parte do réu é clássica, *data maxima venia* da combatividade de seu nobre procurador.

Assim, reconhecida a mora e não apresentado o bem ou o equivalente em dinheiro, de rigor se afigura o acolhimento da demanda, para determinar ao réu que, em cumprimento do contrato, apresente o equivalente em dinheiro, sob pena de “*processar-se a execução por quantia certa de sentença pelo equivalente em dinheiro, neste, compreendendo a estimação do valor atual do bem no mercado*” (cf. REsp 269.293/SP, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, DJ 20/08/2001, p. 345).

Com tais considerações, acolhe-se a presente ação, impondo-se ao réu, sucumbente na maior parte, arcar com as despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 15% do valor da causa, atualizado.

Isto posto, JULGO PROCEDENTE a presente ação e em consequência DETERMINO ao réu, MARIO HENRIQUE ROGERI, apresente nos autos o equivalente em dinheiro do veículo marca/modelo Fiat Palio Weekend Stile, movido à gasolina, ano/modelo 1999/2000, cor azul, placa CSB4386, chassi nº 9BD178858Y0942201, sob pena de que possa a autora, BV FINANCEIRA S.A. CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO, liquidar a obrigação e prosseguir em execução por quantia certa, na forma regulada pelo art. 906 do Código de Processo Civil; e CONDENO o réu ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 15% do valor da causa, atualizado.

P.R.I.

São Carlos, 30 de maio de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**